

II INQUÉRITO NACIONAL

OS PORTUGUESES E O AMBIENTE

RESUMO

2001

Coordenação:

João Ferreira de Almeida

Responsáveis por Capítulos

Aida Valadas de Lima

Joaquim Gil Nave

José Luís Casanova

Luísa Schmidt

Outros investigadores participantes

Ana Cristina Ferreira (metodologia)

António Firmino da Costa

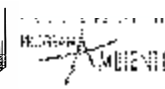
João Guerra

Mónica Truninger

Pedro Moura Ferreira (metodologia)

Susana Fonseca

Susana Valente



A realização deste inquérito tem como objectivo central determinar a configuração das representações sociais, atitudes, opiniões e expectativas dos diferentes estratos da população portuguesa relativamente à protecção do ambiente, conservação da natureza, ordenamento do território e outras áreas do foro ambiental que se colocam hoje ao país. Essas questões procuram ter em conta a acentuada diversidade da sociedade portuguesa e as dinâmicas que a percorrem, sendo analisadas segundo variáveis socio-culturais, económicas e geográficas (ver ficha técnica¹). Pretende-se, assim, fazer um ponto de situação sobre as percepções globais do público e traçar um pano de fundo sobre os valores e representações ambientais, sua evolução e comparabilidade nacional e internacional.

Os resultados apresentados neste resumo, restringem-se à análise das frequências simples, uma vez que a análise exaustiva se encontra desenvolvida no Relatório Final.

O fio condutor deste resumo organiza-se em torno de 4 questões que nortearam a construção e aplicação do referido inquérito:

1. Como percebem os portugueses o estado do ambiente em que vivem e que problemas mais os inquietam à escala pessoal e à escala colectiva; e qual a informação ambiental que detêm - País Inquieto

2. Que insatisfações demonstram no seu quadro de vida; que críticas que tecem à actuação dos poderes instituídos e o que esperam deles em matéria ambiental - País Insatisfeito

3. O que fazem, na prática, os nossos compatriotas relativamente ao ambiente e como intervêm cívica e politicamente nesta matéria - País Interventivo

¹ Ficha Técnica: Inquérito realizado pelo OBSERVA – Ambiente, Sociedade e Opinião Pública. Aplicação: INE, Maio/Junho de 2000. População alvo: maiores de 15 anos, distribuídos pelas 5 regiões do Continente e as 2 Regiões Autónomas (NUTS II). Dimensão total da amostra: 1844 indivíduos seleccionados a partir da amostra-mãe do INE. Representatividade estatística de nível nacional.

4. O que querem os portugueses da variável ambiente na sua articulação com os temas e problemas económicos e sociais do país, e que mudanças desejam ou antevêm neste âmbito - País em Mudança

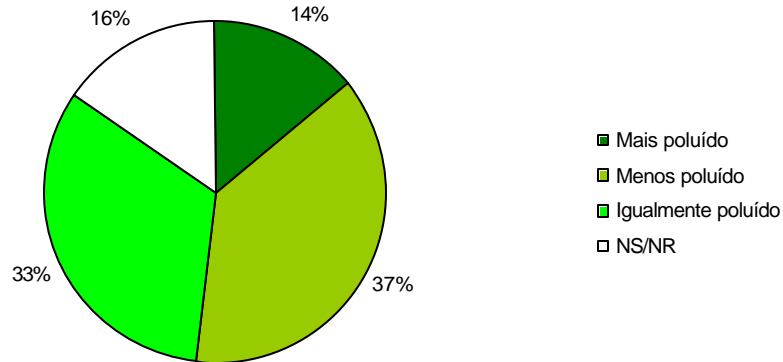
1. PAÍS INQUIETO

1.1. Dos Problemas

Uma das características que tem marcado a atitude dos portugueses na avaliação comparativa do ambiente é uma certa bonomia face à realidade nacional quando **comparada com a dos restantes países europeus**. A tendência tem sido dramatizar a situação à escala externa e aligeirá-la internamente.

Os resultados deste inquérito mantêm uma avaliação da situação ambiental a favor do país: 37,4% dos portugueses considera Portugal *menos poluído do que os outros países europeus*. No entanto, cerca de 33% já considera que Portugal está *igualmente poluído* e 14,2% afirma mesmo que ele se encontra *mais poluído* do que os restantes países da Europa (**gráfico 1**). Comparados estes resultados com os do Inquérito de 1997, verifica-se que, de então para cá, os portugueses tendem a perceber a degradação ambiental do país de uma forma progressivamente agravada e, portanto, cada vez mais próxima dos níveis de poluição projectados para a Europa em geral.

Gráfico 1 – Portugal é *mais* ou *menos* poluído do que os outros países europeus

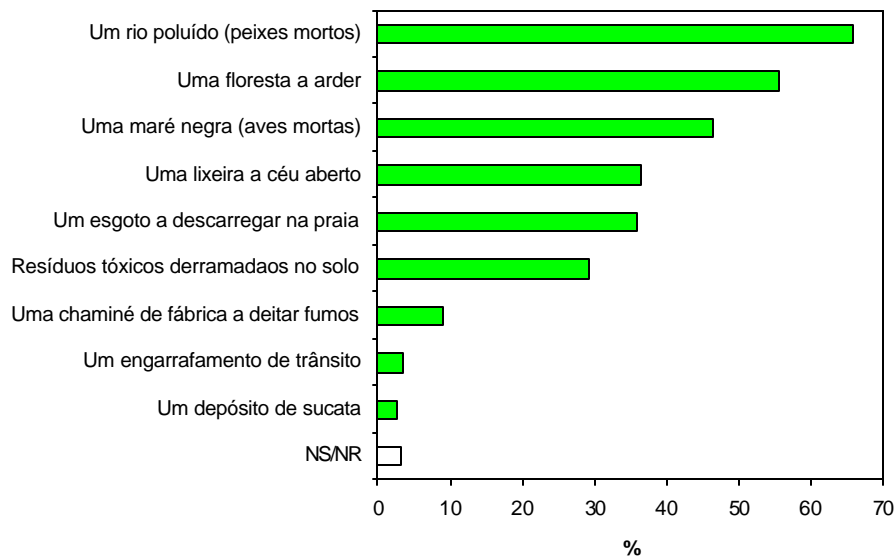


Mas qual a face mais visível desta degradação?

Quando se questiona sobre **a paisagem ambientalmente mais chocante**, verifica-se que a imagem mais escolhida é *um rio poluído (com peixes mortos)* (65,8%). Segue-se a imagem de *uma floresta a arder* (55,4%) e só depois, já sem abranger a maioria, surge o cenário de *uma maré negra (com aves mortas)* (46,3%).

Destacam-se ainda, com bastante peso, as imagem de *uma lixeira a céu aberto* (36,4%) e de *um esgoto a descarregar na praia* (35,9%); enquanto os *resíduos tóxicos derramados no solo* são cenários menos mencionados (29%) (**gráfico 2**).

Gráfico 2 – Paisagem ambientalmente mais chocante



Se, em 1997, os incêndios florestais ocupavam o topo da escala, agora a primazia vai para a poluição dos rios e, no caso das gerações mais novas, os fogos passam mesmo para 3º lugar, sendo suplantados pelas marés negras - o que indicia a emergência de uma vivência mais ligada ao mar / praias, por parte dos mais jovens.

Os rios assumem, contudo, uma representação colectiva mais sensibilizante para todos, constituindo-se num património comum, que não só se não quer perder, como se exige recuperar.

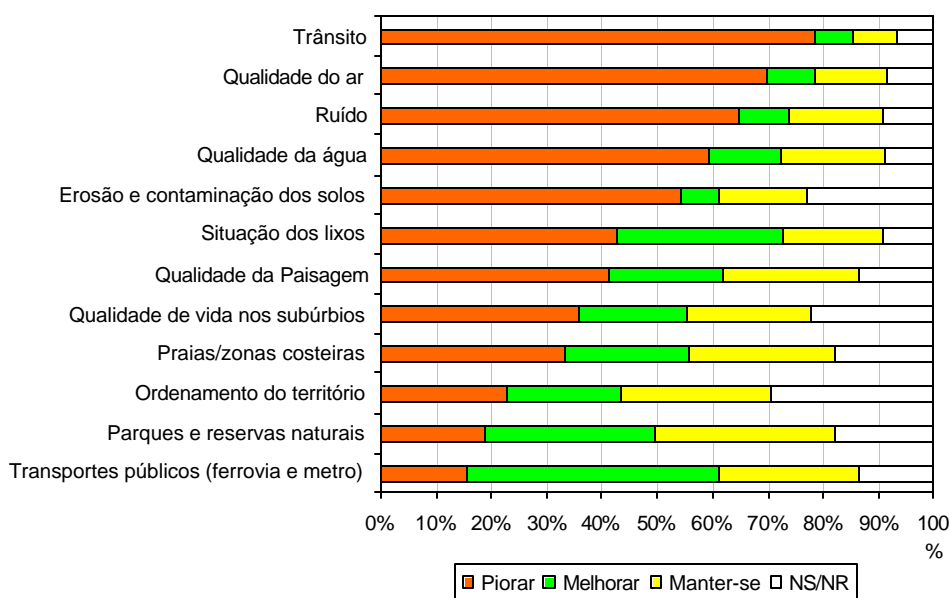
Contudo, quando se passa da escala de afectação colectiva para a **escala de afectação próxima e individual** e se questiona, numa pergunta aberta, sobre *“Quais os problemas ambientais que mais o afectam pessoalmente no seu dia-a-dia?”*, as inquietações são outras. O problema mais referido passa a ser a *poluição do ar e os maus cheiros* (29%), seguindo-se a *poluição sonora e o ruído* (17,6%) e os problemas dos *lixos e sujidades* (13,4%) nas suas várias dimensões - falta de limpeza das ruas e dos contentores, e lixeiras. Em seguida, surgem os problemas directamente relacionados com o *caos urbano* e o *desordenamento*, com um claro destaque para a sub-categoria *trânsito, agitação e stress e falta de espaços verdes*. Depois a *poluição da água*, com destaque para os rios.

Comparando estas preocupações à escala individual com as imagens ambientais colectivamente mais chocantes revelam-se grandes contrastes: à escala do país, as representações de afectação mais fortes ligam-se à poluição das águas (rios e mares) e aos

incêndios; à escala pessoal e no dia -a-dia os incómodos mais sentidos prendem-se à poluição do ar e sonora. É em torno dos rios que surge a face mais visível do “crime ambiental”: os rios despontam sentimentos de brio nacional enquanto bens públicos comuns. Ao nível da integridade física, porém, as pessoas ressentem-se sobretudo do ar e do ruído.

Aliás, esse tipo de problemas suscitam uma visão bastante dramatizada quando projectados no futuro próximo. Perante um **conjunto de problemas ambientais nacionais** enunciados, verifica-se que a perspectiva da sua evolução acentua uma tónica predominantemente pessimista: para todas as temáticas, prevalece a categoria *Vai piorar* (gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução dos problemas ambientais nos próximos 10/15 anos



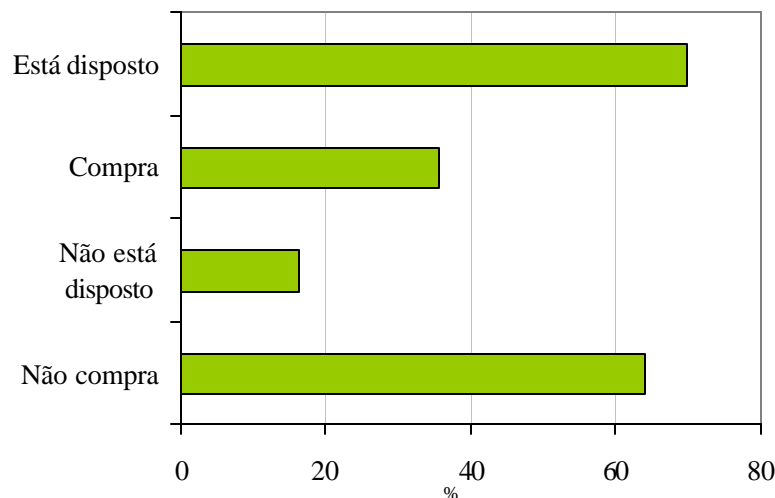
Acima de tudo, aquilo que mais irá piorar é o *trânsito* (78,7%), a *qualidade do ar* (70%) e o *ruído* (66%) - três questões que remetem para uma problemática consistentemente rodoviária. Em seguida, irá piorar a *qualidade da água*, a *erosão e contaminação dos solos* e a *situação dos lixos*. Também o ordenamento do território (*qualidade da paisagem*, *qualidade de vida nos subúrbios* e *zonas costeiras*), tenderá a piorar, muito mais do que a melhorar.

1.2. Dos Riscos

Utilizando uma lista que retrata algumas **situações de risco** recentemente mediatizadas, procurou-se perceber quais as que representam maior risco, desta vez não para o ambiente, mas, directamente **para a saúde dos inquiridos e dos seus filhos**. Verificou-se que, para os mais velhos, a situação mais referenciada foi o *fumo do tabaco*; enquanto, abaixo dos 30 anos, as pessoas destacaram o *despejo de esgotos não tratados e de outros resíduos em rios e oceanos*. As situações, com mais impactos na saúde, referidas de seguida, apontam para dois factores de risco ligados à alimentação: a *Utilização de pesticidas, adubos e fertilizantes na agricultura* e a *Utilização de antibióticos e hormonas na criação de gado*, sendo que, *a modificação genética de espécies animais e vegetais*, foi ainda identificada como risco, por parte dos jovens (embora sobretudo como riscos de futuro).

Talvez por isso, a grande maioria das pessoas declara-se disposta a **pagar mais por produtos provenientes de uma agricultura que não utiliza produtos químicos** (adubos, fertilizantes e pesticidas). O que não quer dizer que o façam, pois existem amplos desfasamentos entre as disposições subjectivas e as práticas objectivas de compra destes alimentos. Se, de facto, 70% das pessoas dizem que não se importaria de pagar mais por legumes e frutos biológicos, na prática, apenas 36% os diz comprar e apenas de vez em quando (**gráfico 4**).

Gráfico 4 – Comparação entre a disposição para pagar mais por produtos biológicos e a sua efectiva aquisição



As características principais que as pessoas associam a estes produtos, a que tanto valor atribuem, têm a ver com a ideia de produtos naturais e produtos saudáveis, bem como produtos caseiros e tradicionais, remetendo, por um lado, para preocupações com a saúde, e por outro para a memória rural, conforme se trate das gerações menos ou mais velhas.

Com o intuito de aprofundar a questão dos **riscos alimentares para a saúde**, escolheram-se dois casos, recentemente, bastante mediatizados: o **problema das «vacas loucas»**² e o dos **Organismos Geneticamente Modificados (OGM)**.

Quanto à questão das **«vacas loucas»** colocaram-se duas perguntas que tentavam avaliar se o alarme por elas gerado, nos primeiros momentos quentes da polémica (1995-96), havia provocado alterações nos hábitos de consumo de carne de vaca. Os resultados obtidos indicam que a maioria da população não ficou indiferente à polémica e alterou os seus hábitos alimentares em relação à carne de vaca, embora não radicalmente, já que apenas menos de 1% *deixou de comer qualquer tipo de carne*. De resto, um quarto *moderou o consumo de carne de vaca, passando a evitar as partes mais perigosas do animal*; outro quarto *deixou de comer carne de vaca substituindo-a por carne de outro tipo de animal*; 6% *passaram a comê-la com garantia de qualidade e certificada*. Sendo que 35% não alterou em nada os seus hábitos de consumo de carne (**quadro 1**).

Quadro 1 - Tipo de atitudes em relação ao consumo de carne de vaca durante a polémica da BSE (de 1996)

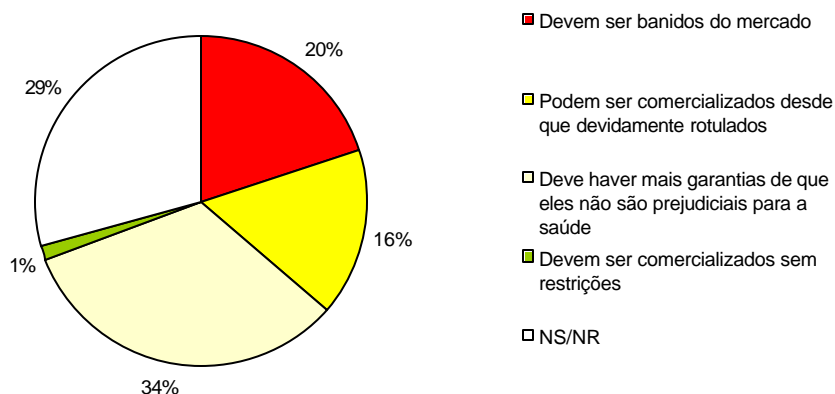
² Este inquérito foi aplicado antes da última crise das vacas loucas de finais de 2000 - 2001.

Tipo de Atitude	Categorias de Resposta	%
Tipo I - Moderados	«Moderou o consumo de carne de vaca evitando as partes perigosas do animal»	26,5
Tipo II - Prudentes	«Deixou de comer carne de vaca substituindo-a por outro tipo de carne»	21,5
Tipo III - Racionais	«Passou a comer carne de vaca com garantia de qualidade e certificada»	6,3
Tipo IV - Radicais	«Deixou de comer qualquer tipo de carne»	0,7
Tipo V - Indiferentes	«Continuou a comer carne de vaca não mudando os seus hábitos»	34,7
NS/NR		0,9

Na fase de acalmia que se seguiu à crise das vacas loucas (1998-2000), verifica-se que apenas uma pequena percentagem *voltou à carne de vaca sem mais preocupações* (17,6%), recuperando a confiança total no produto.

Quanto aos **alimentos com OGM**, a esmagadora maioria das pessoas posiciona-se de uma forma bastante cautelosa: cerca de um terço refere que antes de se generalizar os OGM à alimentação humana *deve haver mais garantias de que eles não são prejudiciais para a saúde* (32,9%); um quinto é radicalmente desfavorável à comercialização dos OGM, referindo mesmo que eles *devem ser banidos do mercado* (20%). Para 16,3% dos inquiridos os organismos geneticamente modificados podem *ser comercializados desde que devidamente rotulados*. Apenas 1,4% não se preocupa mesmo com o assunto considerando que os OGM *devem ser comercializados sem restrições*. Destaque-se ainda valores significativos de *não sabe/não responde* que recolhem 29,4% em relação a esta matéria, o que constitui a segunda resposta mais dada e evidencia a desinformação e desconhecimento sobre a aplicação da biotecnologia à produção alimentar (**gráfico 5**).

Gráfico 5 - Atitudes em relação à comercialização dos OGM



Destes resultados pode concluir-se que mais de metade dos portugueses que ouviram falar sobre o assunto são completamente favoráveis à actual suspensão da utilização de OGM em alimentos - uma vez que ainda não se conhecem os seus efeitos. Apenas uma minoria aposta nos mecanismos de mercado remetendo a questão para as opções dos consumidores, mas desde que se imponha a devida rotulagem. Ninguém concorda com a comercialização destes produtos no mercado alimentar no estado actual do conhecimento sobre as suas implicações para a saúde.

2. PAÍS INSATISFEITO

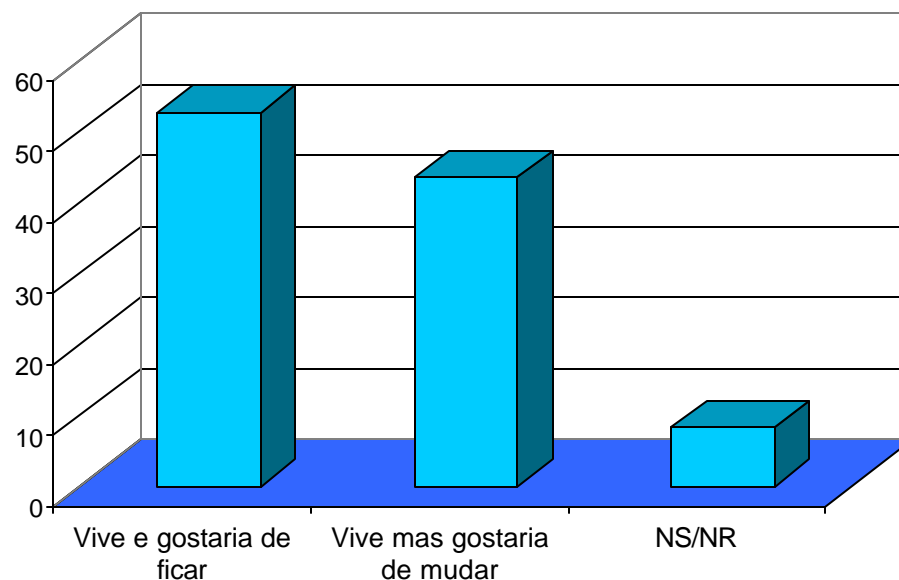
2.1. Do quadro de vida

No que respeita ao quadro de vida, questionaram-se as pessoas sobre o seu espaço residencial, o tipo de aglomerado onde residem e aquele onde mais gostariam de residir; bem como sobre as vantagens e/ou desvantagens que destacam tanto na cidade como no campo.

No Inquérito de 1997, verificara-se que os portugueses idealizavam o cenário rural e campestre como espaço de eleição, considerando ser lá (“no campo”) que se “viviria melhor” e se situava o “melhor ambiente” do país. Desta vez, indagou-se sobre o **tipo de aglomerado onde gostariam, efectivamente, de viver** (centro e/ou periferias das grandes cidades, pequenas e médias cidades, vila, aldeia ou campo). Desde logo, constatou-se que, quando postas perante a possibilidade de mudar de espaço residencial, quase metade das pessoas

(45%) declararam que “*gostariam de viver*” num espaço diferente daquele onde actualmente vivem (**gráfico 6**).

Gráfico 6 – Satisfação/insatisfação com o local onde reside



Este desejo, de algum modo revelador de uma certa insatisfação relativamente ao tipo de aglomerado onde vivem, é protagonizado, acima de tudo, pelos residentes das *periferias de grandes cidades como Lisboa e Porto* e também dos seus *centros*.

Em contrapartida, os locais considerados mais atractivos são “*uma casa isolada no campo*” e as “*cidades pequenas ou de média dimensão*”, e ambos atraem sobretudo os inquiridos até aos 35 anos, os quais são também os que mais se ressentem do efeito repulsivo provocado pelas *periferias de grandes cidades como Lisboa e Porto* (efeito sentido também no caso dos mais idosos - acima de 65 anos).

Aliás, quando inquiridos sobre **o que gostariam de ter à volta de sua casa**, verifica-se que a esmagadora maioria (67%) requer mais “Natureza” como cenário envolvente da sua residência, enquanto apenas um terço (33%) dá a preferência a mais serviços e equipamentos públicos (**quadro 2**).

Quadro 2 - O que gostaria de ter à volta de sua casa

AGER 67,1%	Natureza «domesticada»	50,1	Jardins públicos	39,4
			Campo	4,6
			Árvores	3,8
			Hortas/quintais	2,3
	Natureza «bravia»	11,7	Mar/praias	6,1
			Florestas	2,6
			Rios e lagos	2,4
			Montanhas	0,5
	Sossego/espço livre	5,3	Espço aberto, sem nada	2,3
			Sem trânsito e sem ruído	1,9
			Sem poluição, limpo e puro	1,1
URBE 32, 9%	Serviços	20,6	Desporto	7,1
			Lazer/Cultura	3,7
			Comércio	3,3
			Saúde	2,2
			Educação	1,4
			Segurança pública	0,4
			Outros serviços	2,5
	Acessibilidades	5,4	Acessos e estradas	4,7
			Transportes públicos	0,7
	Densidade urbana	3,6	Mais casas	2,5
			Mais densidade populacional	0,3
			Mais e melhores vizinhos	0,8
	Saneamento/Necessidades básicas	3,3	Limpeza das ruas	1,1
			Saneamento básico	0,7
			(esgotos) Qualidade da água de consumo	0,5
			Iluminação	0,5
			Contentores de lixo	0,4

n = 1504; Missing = 340

Contudo, essa representação da natureza, que os portugueses tanto valorizam, não é uma natureza de carácter “bravio”, mas sim uma natureza “domesticada”, ou seja, ordenada em jardins e espaços verdes.

Reconfirma-se, assim, aquilo que já surgia nítido em 1997: uma grande carência de “verde” - jardins, campo ou simples árvores - sentida pela esmagadora maioria. Por outro lado, estas respostas manifestam grandes insuficiências urbanas: uma parte das pessoas que

vive nas cidades requer equipamentos sociais, revelando que não usufrui as vantagens subjacentes à vivência urbana.

Em suma, os portugueses têm sentido crítico em relação aos enquadramentos da sua residência, pois, caso pudessem, alteravam-nos rodeando-os de mais espaços verdes urbanos e de elementos campestres. Muitos ressentem-se também do tipo de aglomerados onde residem, valorizando os espaços de pequena escala ou mesmo campestres / rurais - casas no campo, pequenas cidades - em contraste com os mega-aglomerados urbanos, ainda há poucos anos tão ambicionados.

Sendo assim, o que falta então ao campo e à pequena ou média cidade para se constituírem efectivamente como alternativas residenciais?

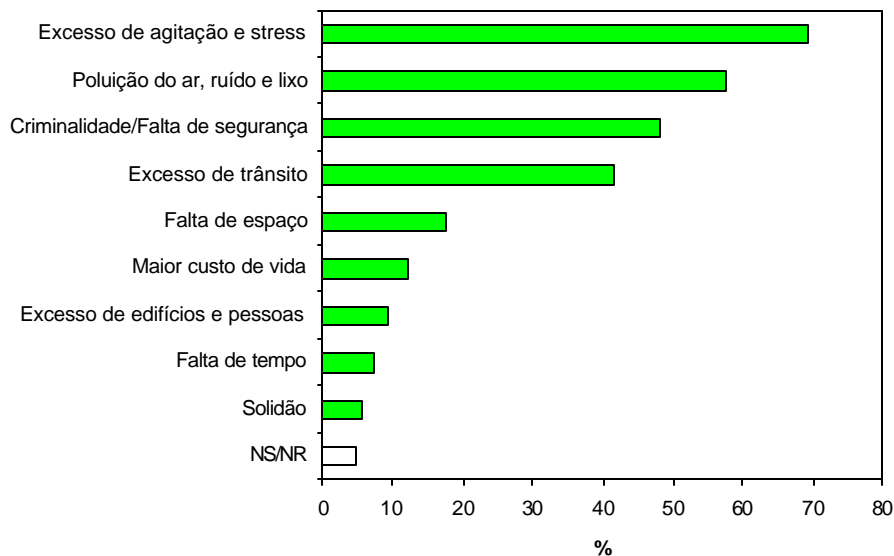
Questionadas sobre o assunto, as pessoas declaram que lhes falta, acima de tudo, oportunidades de emprego (60%) e, em seguida, alguns equipamentos públicos - primeiro *serviços de saúde* (54,5%), depois *estabelecimentos de ensino para todos os níveis de escolaridade* e, por fim, melhores acessibilidades (*boas estradas e boas redes de transporte*) (**gráfico 7**).

Gráfico 7 - O que falta ao campo ou à pequena cidade do interior para ser um local mais atractivo para se viver



Quanto ao que leva a que as **grandes cidades e suas periferias sejam cada vez mais sentidas como locais inóspitos e não atraentes**, é, acima de tudo, o ritmo acelerado de vida (*excesso de agitação e stress* - 69,3%); *poluição do ar, ruído e lixo* (57,6%). Só depois vem a *criminalidade/falta de segurança* (48,2%) (**gráfico 8**).

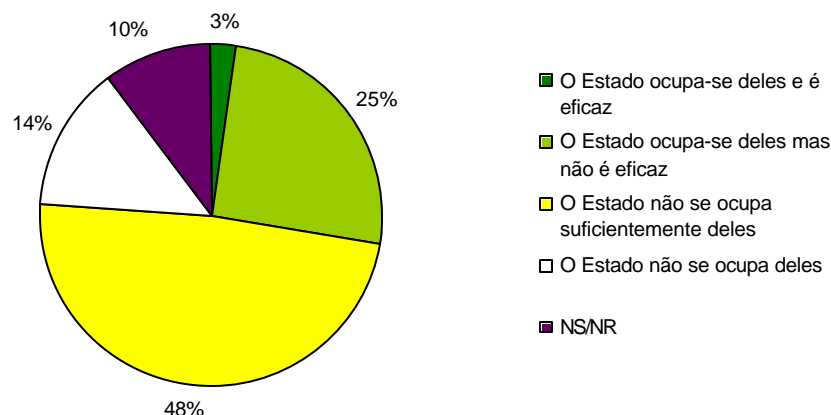
Gráfico 8 - O que leva algumas pessoas a quererem sair hoje das grandes cidades



2.2. Do Estado e suas acções

No que concerne à avaliação que os portugueses fazem sobre a **dedicação e eficácia do Estado na resolução global e particular para resolver os problemas ambientais**, constata-se que a grande maioria tem uma opinião muito pouco abonatória da prestação oficial: praticamente metade (48%) considera que *O Estado não se ocupa suficientemente deles*; cerca de 13,7% afirma mesmo que *O Estado não se ocupa deles*; e 25,4% refere que *O Estado ocupa-se deles mas não é eficaz* (**gráfico 9**).

Gráfico 9 - Dedicação e eficácia do Estado na resolução dos problemas ambientais



Os portugueses já perceberam que o Estado está atento à importância das questões ambientais, mas, no entanto, revela uma grande incapacidade para levar a bom termo medidas e políticas consequentes: 85% está ciente que o Estado se ocupa do ambiente, sendo que 82% consideram-no incapaz de bom desempenho dessa tarefa. A avaliação mais negativa da actuação estatal nesta matéria tende ainda a ser mais vinculada junto dos mais jovens e dos mais escolarizados.

Existe, pois, uma visão bastante crítica face à actuação do Estado e, ao contrário do que sucede com muitas outras questões, em que o índice de “não resposta” atinge habitualmente valores elevados, neste caso quase todos têm opinião e praticamente ninguém acha que o Estado se ocupa destes problemas com eficácia (apenas 2,5%).

Apesar desta avaliação crítica, as pessoas não dispensam o **papel do Estado na intervenção e regulamentação das matérias ambientais**, nomeadamente de foro restritivo e punitivo, em detrimento de acções que privilegiem a componente de sensibilização e participação cívica.

Assim, para resolver os problemas do ambiente no país, **os tipos de acção governamental mais solicitadas**, são de pendor proibitivo (média = 37,1%), *Fiscalizar e multar os prevaricadores às leis ambientais* (42,2%); *Fazer leis de protecção ambiental mais rígidas para o comércio e indústria* (39,1%) e *Proibir a venda de produtos nocivos para o ambiente* (30,1%) (**quadro 3**).

Quadro 3 - TIPO DE MEDIDAS PRIORITÁRIAS	MEDIA
I TIPO: Proibitivas (Fiscalização, Autuação e Proibição)	37,1%
Fiscalizar e multar os prevaricadores às leis ambientais (42,2%) Fazer leis de protecção ambiental mais rígidas para com a indústria e o comércio (39,1%) Proibir a venda de produtos nocivos para o Ambiente (30,1%)	
II TIPO: Apoios/Incentivos a práticas económicas «limpas»	32,1%
Subsidiar/apoiar os agricultores que praticam uma agricultura mais amiga do ambiente (33,1%) Promover o desenvolvimento de novas tecnologias respeitadoras do Ambiente (31,2%)	
III TIPO: Acções Pedagógicas	28,6%
Apoiar a educação ambiental (30,9%) Fornecer mais informação aos cidadãos (26,4%)	
IV TIPO: Apoio ao poder local e Promoção da Cidadania	14,7%
Financiar as autarquias para projectos relativos ao Ambiente (16,2%) Criar mecanismos de promoção da participação dos cidadãos (13,2%)	

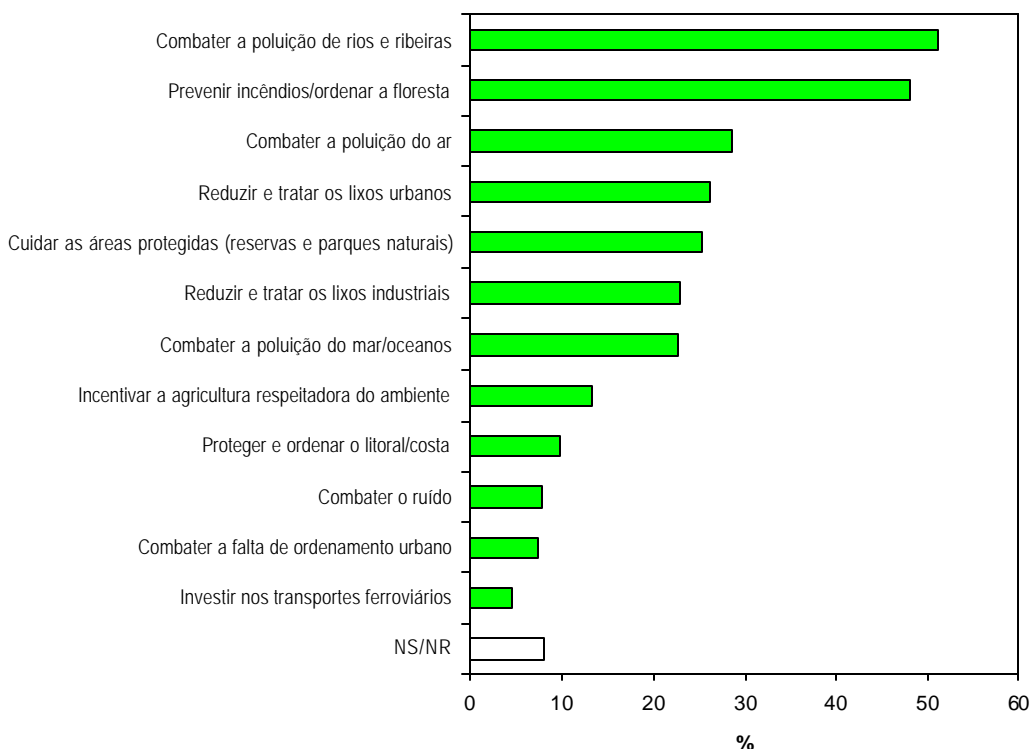
Um segundo tipo de acções governamentais prendem-se com a necessidade de estimular e desenvolver práticas económicas «limpas» (*apoiar uma agricultura mais amiga do ambiente e promover o desenvolvimento das novas tecnologias respeitadoras do ambiente*). Seguem-se acções pedagógicas (*educação e informação ambientais*).

Olhando os resultados no seu conjunto, sublinha-se uma tendência mais vincada para reclamar “acções proibitivas” por parte do Governo, especialmente quanto ao cumprimento da lei (sobretudo no que respeita ao sectores do comércio e indústria). O reconhecimento da ineficácia do Estado na área do ambiente, estará eventualmente baseado em razões ligadas à falta de fiscalização e legislação aplicáveis. Neste sentido, a opção por uma intervenção estatal mais forte, ao nível destas áreas, poderá decorrer do contínuo defraudar de expectativas quanto àquilo que deveria nortear a actuação do Estado nesta matéria, resultando numa perspectiva de “mais e melhor” Estado.

Quanto às **medidas de carácter mais concreto a aplicar pelo Governo, as prioridades** vão para o *Combate à poluição de rios e ribeiras* (51,1%) e a *Prevenção dos*

incêndios/ordenamento da floresta (48,2%) - exactamente as duas imagens identificadas como ambientalmente mais chocantes e os dois problemas ambientais aos quais os portugueses se mostram sistematicamente mais sensíveis e preocupados quando são levados a pensar à escala nacional (**gráfico 10**).

Gráfico 10 – Medidas ambientais prioritárias que o Governo deve tomar



Outros problemas que deverão ser alvo de medidas governamentais, dizem respeito a *Combater a poluição do ar* (28,7%), seguindo-se *Reduzir e tratar os lixos urbanos* (26,2%), e também *Cuidar as áreas protegidas (Reservas e Parques Naturais)* (25,4%). Só depois vem *Reduzir e tratar os lixos industriais* (23%) – apesar das polémicas – e também, um pouco mais abaixo, *Combater a poluição do Mar/Oceanos* (22,8%) - apesar das marés negras.

Registe-se que a falta de tratamento dos *resíduos industriais* e a sua quota parte de influência na degradação da água dos rios, é uma articulação que não está feita ao nível da opinião pública em geral. Grande parte dos portugueses não entenderam ainda a gravidade dos resíduos industriais, nomeadamente para a poluição dos rios. No entanto, no caso dos

mais escolarizados (ensino superior) e dos estudantes, a consciência desta articulação é maior, passando a necessidade de tratamento dos resíduos industriais para terceiro lugar, na escala de prioridades apontadas para actuação do Governo.

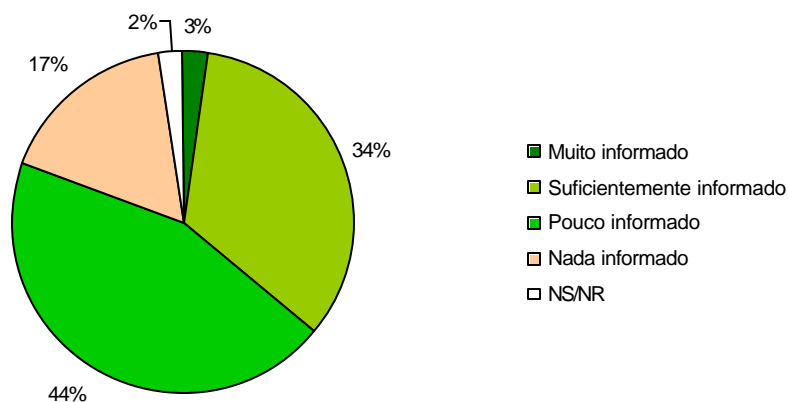
3. PAÍS INTERVENTIVO

Neste ponto abordam-se alguns indicadores sobre a **informação básica** que os portugueses demonstram deter sobre alguns problemas ambientais. No pressuposto de que a **cultura ambiental** é uma condição necessária da participação e do desenvolvimento de práticas sociais favoráveis à resolução dos problemas ambientais, analisam-se ainda uma selecção de indicadores de cidadania cívica e política relativamente à problemática ambiental. Neste âmbito, um relevo especial nos mereceu o estudo exploratório do **fenómeno *nimby***³ no nosso país .

3.1. Da Informação e da Cultura

Analisando agora algumas das principais dimensões que estruturam os **conhecimentos sobre a problemática ambiental**, constata-se que a maioria dos inquiridos considera que continua pouco ou nada informado sobre ambiente - no total, 62% estão nesta situação (**gráfico 11**).

Gráfico 11 - Sobre informações de ambiente considera-se:



De facto, das respostas a um conjunto de questões que se propunham avaliar o conhecimento efectivo dos inquiridos sobre alguma temáticas da agenda ambiental da actualidade, há a destacar o elevado grau de desconhecimento revelado, expresso quer num elevado número de respostas erradas, quer através da excessiva opção pela não resposta.

Concretamente, perante um conjunto de quatro definições sobre o **objectivo principal da REN - Reserva Ecológica Nacional** - das quais só uma estava correcta, apenas 18% dos inquiridos acertou. Constituindo a REN uma peça fundamental dos Planos Directores Municipais (PDM) e estando estes praticamente todos aprovados e em vigor, não deixa de ser surpreendente a minoria de inquiridos que lhe conhecem a função, sendo que 32% nem sequer responde o que indicia que nunca terá ouvido falar de tal figura jurídica do ordenamento do território (existente, aliás, desde 1983 e cobrindo uma vasta área do país) (**quadro 4**).

Quadro 4 - Opinião sobre o objectivo principal da REN

	%
1. Criar espaços verdes nas cidades	21,1
2. Proteger as espécies animais	24,7
3. Estabelecer áreas ambientalmente sensíveis	17,9
4. Promover o turismo na natureza	4,7
5. NS/NR	31,6
TOTAL	N=1844

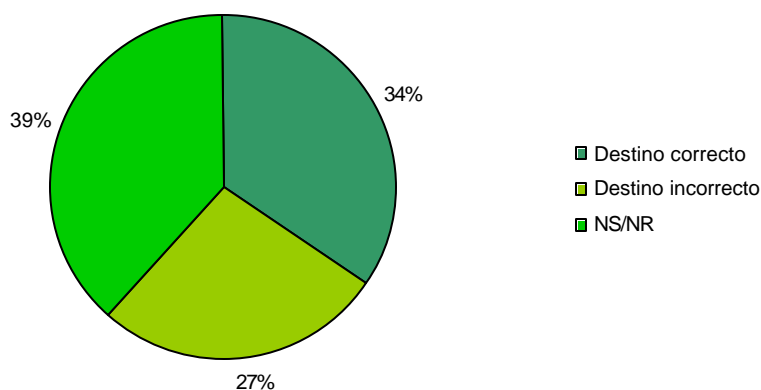
Aplicando método idêntico ao surgimento do *efeito de estufa*, verifica-se que neste caso a percentagem de respostas certas é ainda inferior - 13,4% - sendo que 42% não responde ou não sabe o que são as alterações climáticas (**quadro 5**).

Quadro 5 - Opinião sobre a explicação mais correcta para o surgimento do Efeito de Estufa

	%
1. Resulta do uso de sprays e outros produtos com CFC's (frigoríficos, ar condicionado, etc.)	14,4
2. Resulta da produção de energia nuclear	3,7
3. Resulta da emissão de CO2 derivada da queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo)	13,4
4. Resulta do aumento do buraco do ozono	26,2
5. NS/NR	42,2
TOTAL	N=1844

Outro exemplo mais pragmático refere-se ao conhecimento sobre o **destino dos RSU** na área de residência dos inquiridos e que, mesmo assim, também recolhe uma baixa percentagem de respostas correctas - apenas 34,4% sabe o destino certo do seu lixo doméstico (**gráfico 12**).

Gráfico 12 - Conhecimento sobre o destino dos RSU da sua área de residência



No cômputo geral, verifica-se, inequivocamente, os baixos níveis de conhecimento sobre problema e questões ambientais concretas. A leitura destes dados aponta ainda no sentido do fosso que, em termos de cultura ambiental, é cavado pelas variáveis idade e literacia, esta lida apenas a partir do indicador da escolaridade, o qual, é sabido, não traduz o conceito em todo o seu alcance.

Sendo assim, indagou-se onde é que os portugueses obtêm efectivamente a (pouca) informação que detêm, verificando-se que são os *media* que assumem o lugar de topo nas

fontes de informação ambiental, com primazia para a *televisão* (89,2%), seguida dos *jornais e revistas* (56,6%) e da *rádio* (51,6%).

Com um valor mais baixo, embora significativo, estão as fontes informais - *amigos/família* (44,7%) e, mais abaixo, as *escolas* (26%) - para os estudantes. Encontra-se depois um conjunto de entidades: *autarquias* (16,4%), *associações ambientalistas* (14,7%) e *Ministério do Ambiente* (14,3%).

A *Internet* funciona como recurso informativo apenas para 11% da população inquirida. Abaixo de 10% surgem ainda os *especialistas/investigadores* (9,8%), as *associações de consumidores* (8%), cabendo os valores mais baixos aos *partidos políticos* (7,5%) e às *empresas* (6%) (**quadro 6**).

Quadro 6 - Fontes de Informação Ambiental

Tipos de Fontes de Informação	%
Fontes mediáticas	
Televisão	89.2
Rádio	51.6
Jornais e revistas	56.6
Internet	11
Fontes pessoais	
Amigos/Família	44.7
Fontes pedagógicas	
Escola	25.9
Emprego/Acções de formação	13.2
Fontes oficiais	
Autarquias	16.4
Ministério do Ambiente	14.3
União Europeia	10.1
Fontes empresariais	
Empresas	6
Fontes civis	
Associações Ambientalistas	14.7
Associações de Consumidores	8
Especialistas/Investigadores	9.8
Médicos/Delegados de saúde	10.8
Partidos Políticos	7.5

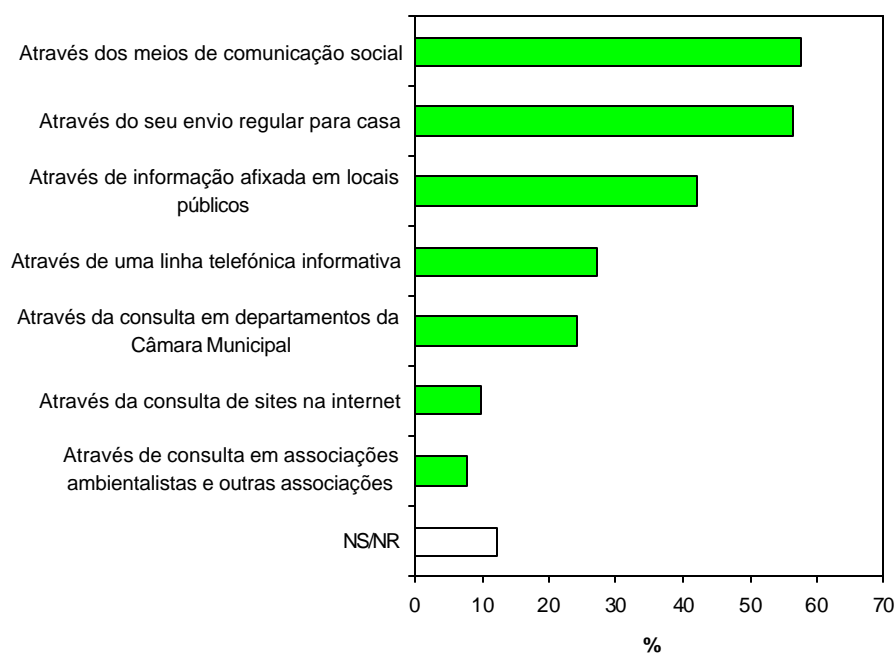
Comparando estes dados com os do inquérito de 1997 que avaliavam a **confiança nas instituições**, constata-se que nem sempre as fontes mais credíveis correspondem às

fontes onde se obtém efectivamente a informação ambiental. Os casos mais flagrantes são o dos *especialistas/investigadores* e o das *associações ambientalistas*, que surgem com pouca expressão enquanto fontes informativas, mas que se destacavam como sendo as que despertavam o mais alto grau de confiança no inquérito 1997. As autarquias funcionam mais como fonte de informação do que como fonte de confiança. Onde se verifica maior equilíbrio na relação fonte de informação e confiança, é no caso dos *meios de comunicação social* aos quais cabe de facto o papel de grande tradutor e difusor das questões ambientais, sobretudo à *televisão*. Numa outra questão verifica-se, aliás, que foi a partir da televisão que 64% das pessoas declaram ter tomado conhecimento do primeiro problema ou acontecimento ambiental de que se lembram.

Os media são, pois, os grandes veículos de informação ambiental. A sua influência nesta matéria é determinante. Nesta, como em outras, tal como é reconhecido na questão que coloca os media no topo das instituições com maior influência na sociedade portuguesa. No entanto, as pessoas desejam que este poder dos *mass media* seja temperado pela intervenção crescente de outros grupos e instituições, com destaque para os cientistas e elementos de associações civis.

Quando questionados sobre as **formas como gostariam de passar a ser informados**, os inquiridos escolhem em primeiro lugar *os meios de comunicação social* (57,7%), logo seguidos do *envio regular de informação para casa* (56,6%). A terceira forma mais mencionada é a *afixação em locais públicos* (centros comerciais, juntas de freguesia, escolas, locais de atendimento ao público de órgãos da administração) (41,9%). Cerca de um quarto refere, como quarta escolha, os benefícios de aceder a *uma linha telefónica informativa gratuita (linha azul)* (27,2%). Segue-se a *consulta em departamentos da Câmara Municipal ou do Ministério do Ambiente, a nível local e regional* (24%). Quanto à *consulta de sites na Internet* reúne cerca de 10% – o que coincide com 11% de inquiridos que já declararam o seu estatuto de cibernauta na pergunta anterior (correspondendo aos mais escolarizados e aos estudantes - com o ensino superior e com o ensino secundário) (**gráfico 13**).

Gráfico 13 – De que forma gostariam os portugueses de ter acesso à informação ambiental



Os portugueses, ao privilegiarem as fontes mediáticas e «domésticas», revelam-se mais passivos do que activos na procura da informação ambiental, preferindo que a informação venha ao seu encontro de uma forma fácil e prática, sem implicar grande esforço: basta accionar o botão ou a chave do correio.

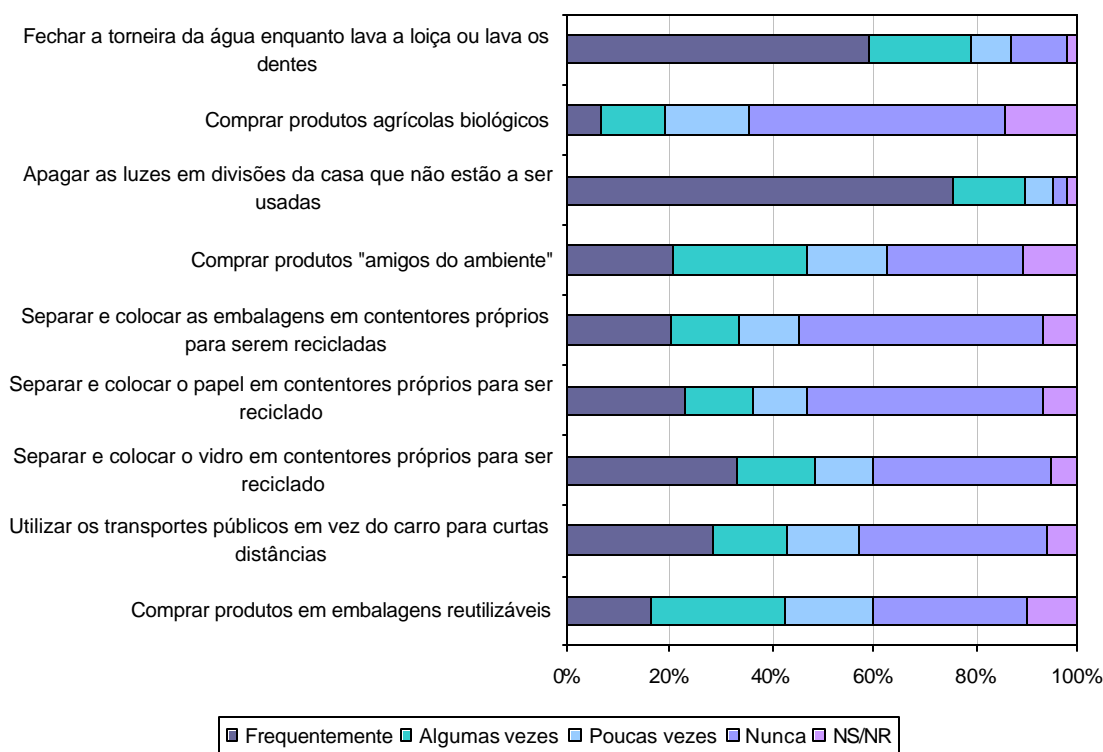
De qualquer modo, sentem que a informação ambiental continua a ser escassa e requerem ser melhor informados. Apesar das instituições científicas e ONGs merecerem maior credibilidade, os *meios de comunicação social* são considerados o suporte

informativo mais desejado. Contudo, a solicitação directa aos poderes públicos na disponibilização, tratamento e divulgação dessa informação também é cada vez mais requerida.

3.2. Das Práticas e da Participação

De um conjunto de **práticas ambientais** seleccionadas, aquilo a que as pessoas mais aderem, continua a ser as acções que se prendem com benefícios económicos directos para os agregados familiares, nomeadamente, a *poupança de energia eléctrica* (75%) e de *água* (60%). Seguem-se, embora sem o mesmo nível de adesão, a *recolha selectiva - de vidro, papel e embalagens* -, sobretudo do vidro (até por ser o material cuja recolha tem maior longevidade e tradição no país) (**gráfico 14**).

Gráfico 14 - Frequência com que efectuou cada uma das práticas ambientais apresentadas, ao longo dos últimos 12 meses



É de registar, no entanto, que, comparativamente aos resultados do Inquérito de 1997, verifica-se que os índices de recolha selectiva aumentaram exponencialmente para todos os materiais - no caso do vidro duplicou a percentagem de inquiridos que declara

separá-lo e colocá-lo nos respectivos contentores para reciclagem, passando de 25% para 49%. No caso do papel mais que triplicou - passando de 10% para 36,5%; e no caso das embalagens (plásticos e latas) duplicou.

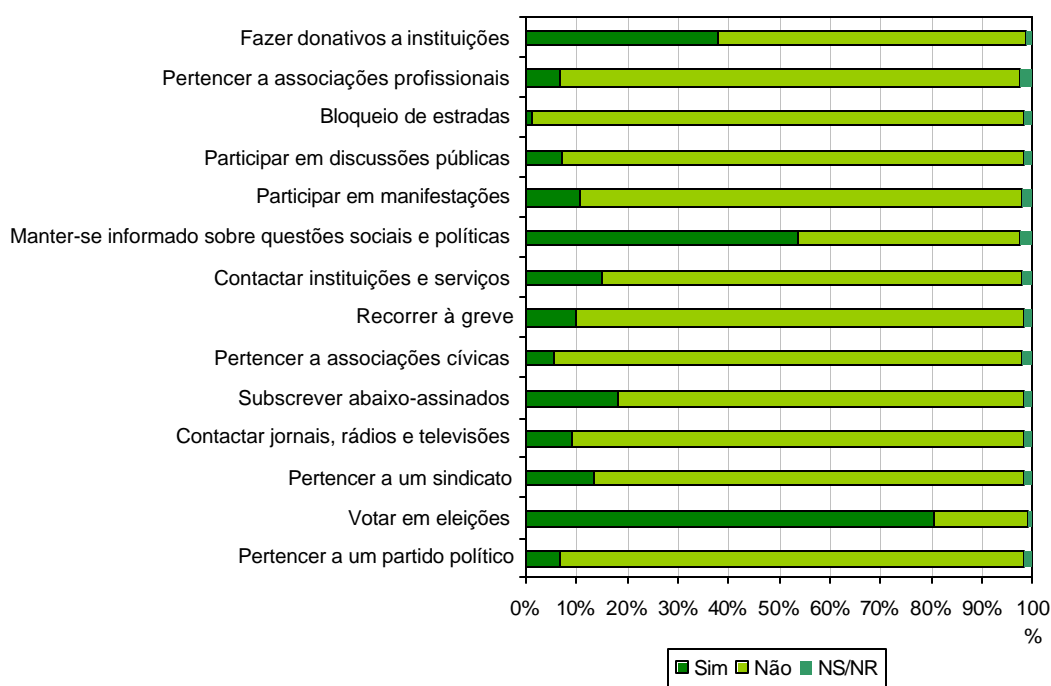
Sublinha-se, assim, o papel que uma distribuição mais alargada e sistemática de equipamentos de recolha selectiva de RSU, pode desempenhar na rotinização deste tipo de práticas entre os portugueses. Não será apenas o défice de informação e cultura ambiental que determina um baixo desempenho ambiental em termos de práticas, mas também a ausência de infra-estruturas que proporcionem condições objectivas para a sua concretização.

De resto, continua a ser entre os mais jovens e os que possuem o ensino secundário ou superior que estas práticas são mais comuns, particularmente aquelas que assumem um carácter mais inovador (sendo a recolha selectiva de embalagens um dos exemplos).

Quanto à participação cívica quer a nível geral, quer relativamente ao ambiente, as conclusões a que é possível chegar sobre esta matéria não são muito animadoras, pois observam-se fortes indícios de uma assumida passividade no quotidiano dos portugueses no que toca ao exercício da sua cidadania.

A nível geral, verifica-se que, quando confrontados com um conjunto de possibilidades de participação na vida política e social do país praticadas nos últimos 5 anos, os valores mais relevantes registaram-se nos itens: votar em eleições (80,5%) e manter-se informado sobre questões sociais e políticas (53,7%). Com valores mais modestos, há ainda a registar fazer donativos a instituições (37,6%) e subscrever abaixo-assinados (18,2%) - atitude que, mesmo assim, aumentou relativamente a 1997. Situações como contactar instituições ou serviços e participar em discussões públicas - que envolvem mais custos ou exigências relevantes à iniciativa individual - são bastante menos referidas. Tal como, aliás, a adesão efectiva a associações cívicas (**gráfico 15**).

Gráfico 15 - Formas de participação na vida política e social que praticou nos últimos cinco anos

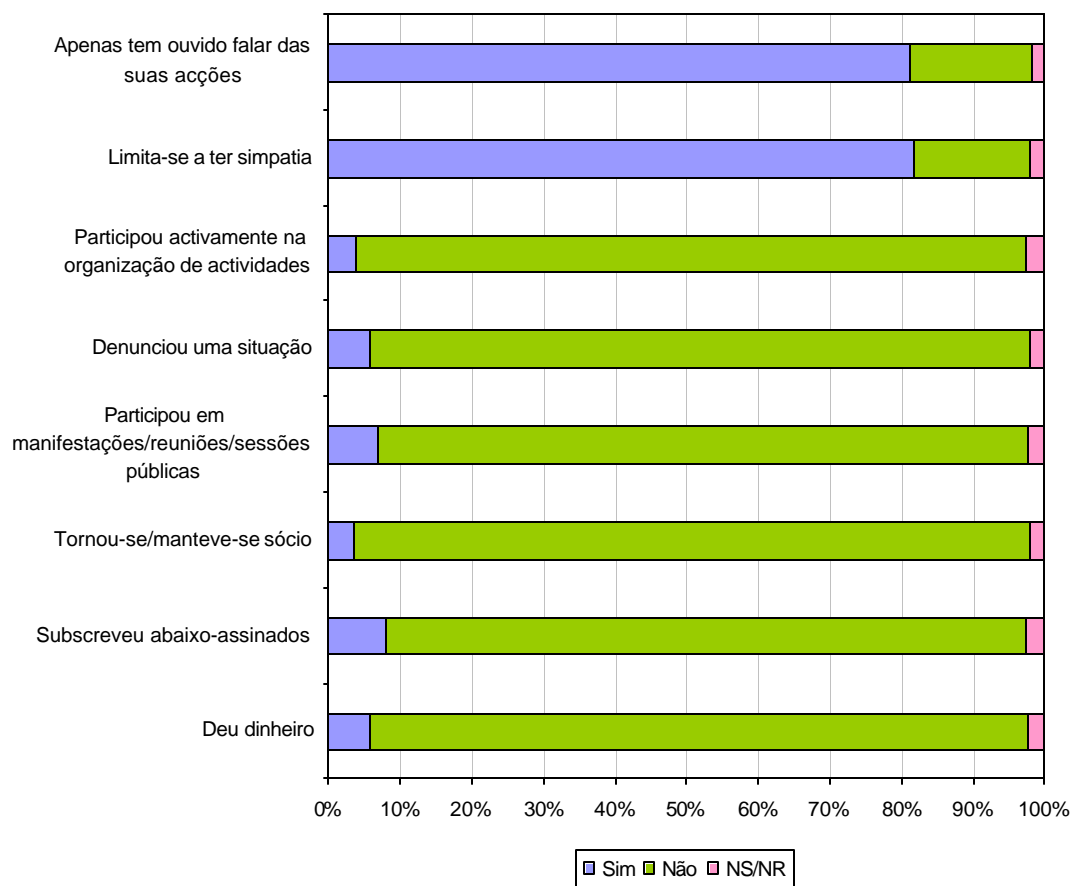


Estes resultados continuam a indiciar baixos índices de participação efectiva dos cidadãos nas decisões colectivas que a nível político e social em geral, podem ter influência no seu quotidiano.

A nível da participação cívica relativamente ao ambiente, a tendência anterior mantém-se, ou até se acentua, quando se analisa, por exemplo, o relacionamento e

colaboração dos portugueses com as Associações de Defesa do Ambiente - verifica-se que os níveis de militância são irrisórios, assim como a subscrição de abaixo-assinados e/ou participação em sessões públicas organizadas por estas associações. A atitude dominante é apenas e tão só a enorme simpatia que a larga maioria dos portugueses parece nutrir por estas organizações voluntárias e pelas actividades que elas desenvolvem (considerando até que elas deveriam ter mais poder e influência na sociedade portuguesa) (**gráfico 16**).

Gráfico 16 - Relação com as ONGA



Contudo, apesar desta passividade, os portugueses não prescindem de que esteja garantida a possibilidade de exprimir a sua opinião sobre questões com importantes repercussões ambientais, mesmo quando estas não dizem directamente respeito ao seu quadro de vida

quotidiano. Embora mais marcada junto dos mais jovens e escolarizados, a exigência deste princípio pode considerar-se como generalizada.

Tal facto, não pode, eventualmente, ser desligado da generalizada desconfiança, verificada anteriormente, com que os portugueses olham para a acção do Estado face aos problemas ambientais.

3.3. Do “efeito NIMBY”

Através de um conjunto de questões procurou-se avaliar as reacções dos inquiridos perante a eventual implantação de certas infra-estruturas de risco na sua área de residência, medindo a predisposição para a aceitação, em função de eventuais contrapartidas ou benefícios sociais, económicos ou ecológicos que lhe pudesse ser associados.

Verificou-se que o acompanhamento técnico por um grupo de especialistas independentes que garanta um baixo impacte ambiental da infra-estrutura a ser implementada, surge como uma contrapartida que fracciona a amostra em dois lados opostos: 43% aceitariam a dita infra-estrutura nesta circunstância; enquanto 44% continuariam a opor-se (quadro 7).

Quadro 7 - Vai ser instalada uma fábrica na sua área de residência que, há quem diga, pode criar poluição. Caso existisse um grupo de especialistas independentes que assegurasse que tal não iria acontecer, o que faria?

	%
Assim, aceitaria	43.4
Mesmo assim, não aceitaria	44.3
NS/NR	12.3
TOTAL	N=1884

Assim, coloca-se a hipótese de que a existência de uma comissão composta por diversos especialistas independentes não é só por si suficiente e decisivo para evitar a ocorrência de manifestações de resistência por parte das populações; nem chega para aliviar a desconfiança e insegurança, caso se declare a possibilidade de implantação de uma grande infra-estrutura no local de residência do inquirido.

Aos que responderam **não aceitar a instalação, mesmo com o aval do grupo de especialistas**, foi-lhes dada a hipótese do acréscimo de **compensações económicas** para a localidade ou região. Neste caso a maioria, dos que não aceitavam na anterior situação mantém-se inabalável na posição de rejeição (57%), e apenas 19% afirmam que, neste caso, aceitariam a instalação da fábrica, havendo ainda que contar com cerca de 24% de indecisos (**quadro 8**).

Quadro 8 - E se houvesse medidas de compensação (por exemplo criação de empregos), o que faria?

	%
Nesse caso aceitaria	19.5
Mesmo assim, não aceitaria	56.9
NS/NR	23.6
TOTAL	N=1045

Quer dizer, a existência de contrapartidas económicas de sentido genérico para a localidade ou região, poderá criar fortes hesitações e quebrar a firmeza de muitos dos que antes não confiaram no grupo técnico independente, podendo pois desempenhar um papel suplementar e importante na atenuação das posturas de rejeição.

Esta situação não poderá deixar de ser associada a um quadro de desigualdades sociais e territoriais de acesso ao desenvolvimento, que está subjacente quer ao universo social dos participantes nestes movimentos de resistência local, quer ao local ou região foco de conflito.

Por outro lado, confrontados com a necessidade de encontrar um local apropriado especificamente para a instalação de estações de tratamento de resíduos industriais, e com a hipotética possibilidade de o local escolhido ser a sua própria freguesia de residência, 30% dos inquiridos mostram-se dispostos a aceitar essa localização, desde que assegurado o acompanhamento das condições de funcionamento por parte de uma comissão de técnicos independentes. Em alternativa, 29,4% dos inquiridos defende que essas centrais devem ser instaladas nos concelhos ou distritos onde se regista uma maior produção desses resíduos.

De referir ainda o peso elevado assumido pelas não respostas nesta questão, o que não deixa de chamar a atenção para as hesitações que estas situações tendem a provocar (e para a imprevisibilidade das reacções que podem suscitar) (**quadro 9**).

Quadro 9 - Considerando que, para que o tratamento de resíduos industriais seja feito em Portugal, é necessária a instalação de centrais de tratamento, em sua opinião:

	%
Estaria disposto a aceitar que uma destas centrais fosse instalada na sua freguesia de residência.	4.8
Aceitaria a sua instalação na sua freguesia, desde que existisse uma Comissão de acompanhamento com técnicos independentes que controlasse as condições de funcionamento.	29.9
Aceitaria a sua instalação na sua freguesia, se fossem oferecidas compensações económicas para a sua região (melhores estradas, melhores escolas, melhores serviços de saúde, etc.).	7.5
Não aceitaria a sua instalação na sua freguesia, mas aceitaria se fosse instalada noutro concelho ou distrito.	8.7
Acha que as centrais deveriam ser implantadas nos concelhos ou distritos onde se regista uma maior produção desses resíduos.	29.4
NS/NR	19.7
TOTAL	N=1844

A aceitação cautelosa (porque dependente de determinadas condições que permitam estabelecer uma base de confiança) ou mesmo a rejeição absoluta da implantação deste tipo de infra-estruturas, poderá decorrer daquilo que alguns autores definem como a institucionalização da angústia, do medo ou da desconfiança por parte dos cidadãos em geral, face aos mecanismos institucionais de controle e supervisão. Nesse caso, que entidades os portugueses preferem ver representadas em grupos de acompanhamento de processos de instalação e funcionamento de infra-estruturas de risco?

As entidades de representação que aparecem nos lugares de topo das respostas têm a elas associada uma imagem de posse de competências técnicas na área dos riscos ambientais, mas surgem lado a lado com os representantes das populações (**quadro 10**).

Quadro 10 - Quem deveria estar representado nas comissões de acompanhamento da instalação de infra-estruturas de risco ambiental (ex. indústrias, centrais de tratamento de resíduos, aterros sanitários, etc.) e em qual desses representantes depositaria mais confiança?

	Representantes	Confiança
	%	%
Representantes das populações/Comissões de moradores	76.0	19.5
Representantes de Autarquias locais/Juntas de Freguesia	77.5	8.5
Representantes dos Partidos	32.9	0.4
Cientistas/especialistas no assunto	79.8	32.0
Representantes de Empresas e Instituições promotoras do projecto	67.5	1.3
Representantes de Associações Ambientalistas	78.8	13.6
Representantes de Associações locais	62.9	0.9
Técnicos do Ministério do Ambiente	80.9	11.9
Representantes de Associações de consumidores	55.9	0.8
NS/NR	-	11.1
TOTAL	N=1844	

Entre os primeiros há a destacar os cientistas e especialistas (80%), mas também o Ministério do Ambiente (81%) e as associações ambientalistas (79%). Há contudo que sublinhar a proximidade dos valores alcançados pelos representantes directos das populações locais - autarquias com 78%; comissões de moradores com 76% e associações locais com 63%.

Ainda assim, e apesar de se privilegiarem entidades do foro técnico com estatuto ético ou político de serviço público em comissões desta natureza, quando se trata de confiar, o caso muda de figura, e apenas se mantêm no topo os especialistas e cientistas (32% dos votos de confiança), passando, curiosamente, a ser os representantes directos das populações que surgem no segundo lugar (20%). Só depois, e com alguma distância, se seguem as associações ambientalistas (14%) e os técnicos do Ministério do Ambiente (12%). A ordem

aqui não será certamente arbitrária, como o não serão os valores mínimos alcançados por entidades de representação política institucional, como os partidos políticos (0,4%) ou mesmo as autarquias (9%).

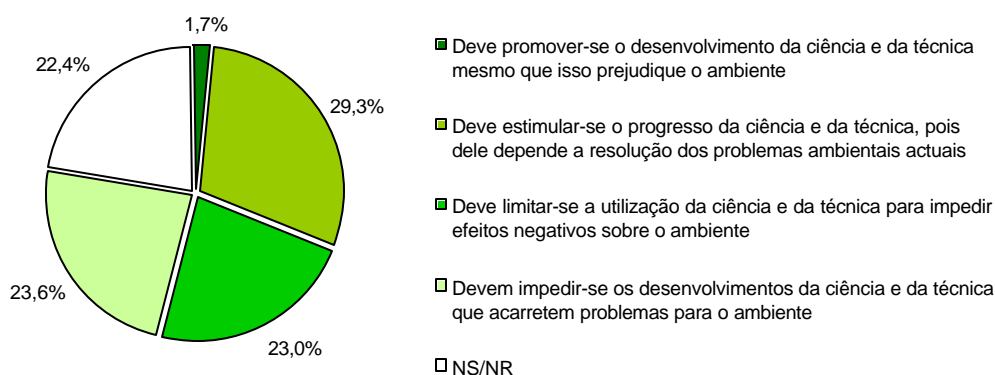
4. PAÍS EM MUDANÇA

4.1. Das Representações Ambientais

O efeito multiplicador que o industrialismo e o capitalismo têm vindo a exercer sobre o processo de degradação ambiental, potencia-se através das consequências da ciência e da técnica.

De facto, a ciência é, para a maior parte dos riscos ambientais, uma das suas principais causas, mas também o meio mais eficaz para os definir, localizar e lhes avançar soluções. Confrontados com a questão das **relações da ciência e da técnica com o ambiente**, os portugueses posicionam-se face a esta problemática, da seguinte forma como segue: exceptuando-se a primeira proposição que defende o desenvolvimento da ciência e da técnica a qualquer preço e que recolhe, apenas 1,7% das respostas, as restantes hipóteses atingem valores muito próximos (incluindo a categoria das não respostas, com uma ligeira vantagem para a proposição que defende o estímulo do progresso da ciência e da técnica, pois dela depende a resolução dos problemas ambientais actuais (29,3%) (**gráfico 17**).

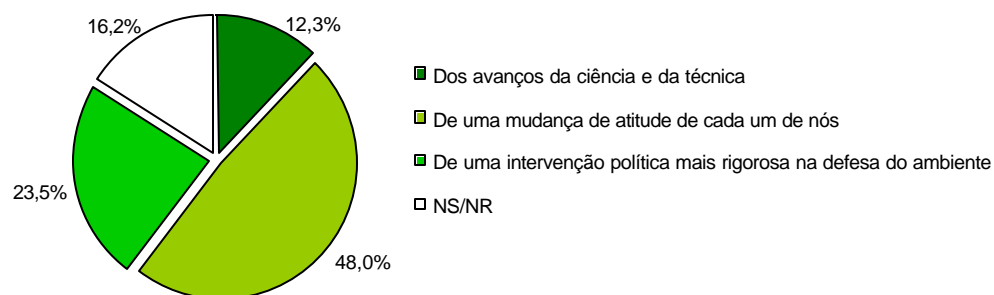
Gráfico 17 - Relações da ciência e da técnica com o ambiente, segundo a população portuguesa



Mas se a ciência pode, por um lado, fornecer soluções e, por outro lado, ser ela própria fonte do mesmo tipo de problemas, de onde poderá surgir, na opinião dos inquiridos, a resolução dos problemas ambientais do mundo actual?

Para os portugueses, a resolução deste tipo de problemas depende, sobretudo, deles próprios (48%), do poder político (23,5% e, em último lugar, da ciência e da técnica (12,3%) (gráfico 18).

Gráfico 18 - De que depende a resolução dos problemas ambientais do mundo actual, segundo a população portuguesa



Ciência e técnica são afinal instrumentos que não substituem a vontade política e, sobretudo, a necessidade de mudança de comportamentos da sociedade em geral, entendida como crucial na resolução dos problemas ambientais. Assim, se a passividade constatada relativamente as práticas e ao actual exercício da cidadania, se mantém, configura-se, todavia, uma tendência para activar a consciência previa a participação. Tanto, através da vontade manifesta de participar nas decisões de carácter ambiental, mesmo que estas não afectem directamente as pessoas, como, através da consciencialização crescente de que a mudança de comportamentos individuais será crucial para inverter o processo de degradação ambiental. Degradação que, aliás, se antevê bastante dramatizada, sobretudo à escala dos **problemas globais**.

Para 62,8% dos inquiridos, o sobreaquecimento do planeta será um dos mais sérios problemas a enfrentar daqui a vinte anos. Mas também no que diz respeito a poluição do ar,

do solo e da água, as perspectivas, segundo os inquiridos, não são animadoras. Mais de 59% pensa que a poluição afectará a saúde pública e apenas 23,2% acredita que será reduzida. Menos pessimistas estão os inquiridos em relação ao consumo individual de água. Ainda assim, cerca de metade dos inquiridos acredita que o consumo será limitado, enquanto que, para 33,1% continuará sem restrições. A evolução da agricultura divide os inquiridos. Para 34,3%, a agricultura predominante será a que protege a natureza, ainda que produza produtos mais caros, e 37,5% acha que predominará a agricultura de carácter intensivo, ainda que acompanhada pela degradação dos solos agrícolas.

4.2. Da Emergência de Novos Valores Ecológicos

A crise ambiental que se globalizou nos anos 70, impôs, ainda que de forma gradual, uma mudança nas assunções que fundamentam as relações entre sociedade e ambiente, abrindo espaço a **emergência de um novo paradigma social NEP (New Ecological Paradigm)**, segundo a proposta de dois autores americanos Catton e Dunlap.

Importa, pois, perceber até que ponto os novos valores do NEP se instalam na sociedade portuguesa. Para tal, a partir do grau de concordância dos inquiridos com cada uma das quinze asserções da Escala NEP - cujo objectivo é medir o processo de mudança em curso - criámos um índice que tem em conta a média de todas as respostas dos inquiridos, pretendendo com isso atingir uma ideia global da forma como se desenrola o processo de adesão aos novos valores ecológicos (**quadro 11**).

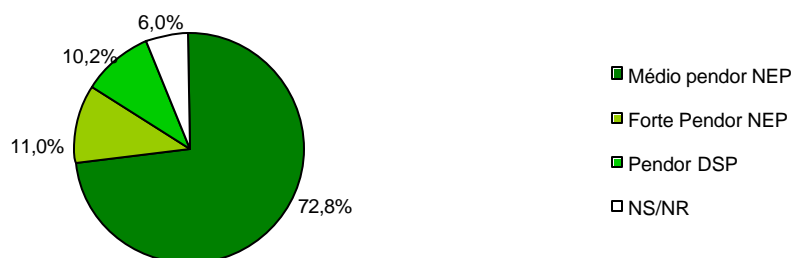
Quadro 11 Grau de concordância da população portuguesa com as asserções da Escala NEP (%)

	Discordo totalmente	Tendo discordar	a Tendo concordar	a Concordo totalmente	NS/NR %
Limites do crescimento					
O planeta Terra já quase não consegue suportar os seres humanos que nele vivem.	14,5	17,5	28,1	24,7	15,2
O planeta Terra será sempre abundante em recursos naturais se soubermos utilizá-los bem.	5,5	9,2	25,2	45,7	14,5
O planeta Terra pode ser visto como uma nave espacial em viagem com espaço e recursos limitados.	7,5	9,5	25,9	24,8	32,2
Anti-anthropocentrismo					
Os homens têm o direito de modificar a natureza de acordo com as suas necessidades.	33,4	23,8	18,1	12,7	11,9
Tal como a espécie humana, todas as espécies animais e vegetais têm o mesmo direito a existir.	0,7	2,0	12,5	76,2	8,7
A humanidade foi “criada” para governar a natureza.	33,2	20,5	13,8	16,2	16,2

Fragilidade do equilíbrio ecológico					
As intervenções humanas sobre a natureza têm muitas vezes consequências desastrosas.	2,0	2,5	20,1	61,6	13,8
A natureza conseguirá sempre superar os efeitos negativos da industrialização.	34,3	27,9	10,6	7,1	20,1
O equilíbrio da natureza é muito frágil e facilmente perturbável.	2,7	6,4	25,4	45,9	19,6
Equidade biótica					
A capacidade inventiva do Homem será suficiente para que a vida na Terra não se torne inviável.	10,7	21,1	25,2	16,6	26,4
Apesar de terem capacidades excepcionais, os homens não escapam às leis da natureza.	2,3	4,5	20,5	58,5	14,3
A humanidade acabará por conhecer as leis da natureza, conseguindo assim controlá-la.	25,2	22,8	19,1	13,3	19,7
Possibilidade da crise ecológica					
A humanidade está a exceder-se no uso abusivo do meio ambiente e da natureza.	1,4	3,5	20,7	59,0	15,5
Algumas pessoas têm exagerado muito a ideia de que a humanidade enfrenta uma "crise ecológica".	16,4	19,3	21,5	17,6	25,2
Se as coisas continuarem como até aqui, uma catástrofe ecológica generalizada será inevitável.	3,8	7,8	25,4	43,5	19,5

Entre o total da população inquirida, apenas 10,2% dos portugueses se situa num pendor DSP (*Dominant Social Paradigm*). A grande maioria (72,9%) partilha, ainda que moderadamente, os novos valores ecológicos (médio pendor NEP) e 11% assume, de forma clara, os valores do Novo Paradigma Ecológico (forte pendor NEP) (**gráfico 19**).

Gráfico 19. Posicionamento da população portuguesa na *Escala NEP*



A adesão aos novos valores ambientais parece ser tanto mais clara quanto mais jovens são os inquiridos.

Em suma, a grande maioria dos portugueses terá, assim, indiciado já o processo de abandono dos valores antropocêntricos o paradigma social dominante e, ainda que moderadamente, partilha os valores ecológicos, marcados sobretudo por sentimentos de apreensão e insegurança que terão impulsionado um movimento biocêntrico de revalorização

da Natureza e dos elementos naturais , tendência que se acentua entre os mais jovens e mais instruídos.

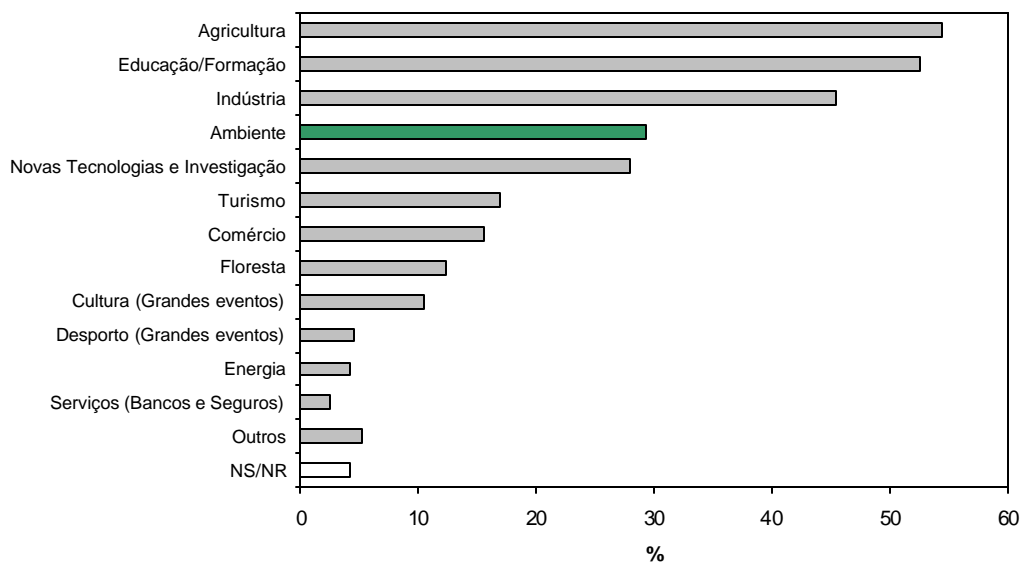
As alterações relativamente recentes por que tem vindo a passar a sociedade portuguesa, terão induzido a mudança, mas, porventura, não terão ainda tido tempo suficiente para consolidar a implantação dos novos valores ecológicos. O tempo e a integração crescente desta sociedade no sistema político-económico mundial afiguram-se os melhores aliados para promover a coerência do processo que não deixar, por certo, de contar progressivamente com alterações ao nível das atitudes e dos comportamentos em relação ao ambiente.

4.2. Das percepções de desenvolvimento futuro

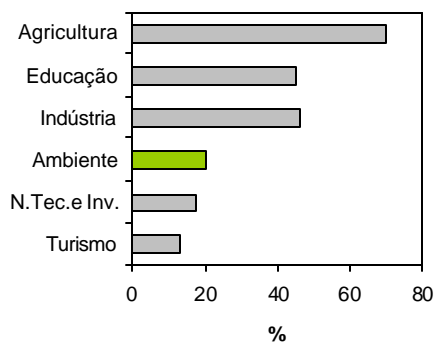
Na opinião da maioria dos portugueses, *os sectores em que o país deveria investir mais para se desenvolver futuramente* são acima de tudo a *agricultura* e a *educação/formação*. Cerca de 55% dos inquiridos escolheram o sector primário entre as três prioridades mais citadas para um «bom desenvolvimento» do país; e cerca de 53% explicitaram a necessidade absoluta de maior investimento na *educação/formação*. Esta é mesmo, diga-se, a primeira escolha para os indivíduos com menos de 50 anos.

Aliás, o forte peso obtido pela *agricultura* - que lhe dá o lugar do topo - deve-se, como veremos, ao forte consenso que este sector recolhe por parte dos inquiridos mais velhos (acima dos 50 anos e sobretudo acima dos 65 anos). Já que os mais novos que colocam o grande ênfase nas *novas tecnologias e informação*, seguidas do *sector do ambiente* (**gráfico 20**).

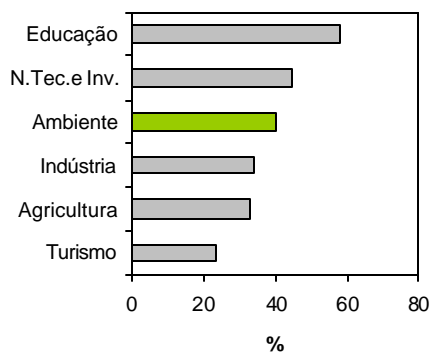
Gráfico 20 – Opinião sobre os sectores económicos em que o país deveria investir



Mais velhos (+ de 50 anos)



Mais novos (15 e 23 anos)



A *indústria*, sendo genericamente a terceira actividade mais citada – embora já não abranja a maioria – surge ligeiramente mais abaixo, com 45,3%. E em quarto lugar, quando considerados globalmente, os portugueses acham que se deve investir no sector do *ambiente* e, em seguida, no sector das *novas tecnologias e investigação*. Estes novos sectores atingem, curiosamente, valores bastante mais significativos do que os atribuídos ao *turismo* e ao *comércio*. De igual modo, o sector *florestal* – outra das actividades constantemente

indicada com um importante peso produtivo e de desenvolvimento futuro no país – surge aqui desvalorizado: apenas 12,3% dos inquiridos o coloca entre as três prioridades estratégicas a desenvolver.

Contudo, aquilo que para os portugueses em geral parece absolutamente secundário quando projectam *um bom desenvolvimento* no país, são os *serviços (bancos e seguros)* (2,4%), bem como, ligeiramente mais acima, a *energia* (4,1%) e o *desporto (grandes eventos)* que, apesar das paixões que mobiliza, e do horizonte do Euro 2004, como sector de produção de riqueza prioritário não ultrapassa os 4,6% dos inquiridos. Já a prioridade de investimento na *cultura (grandes eventos)* (10,4%) absorve mais do dobro do que o caso do desporto. Talvez devido ao rescaldo positivo do «efeito Expo 98».

Prevalece assim, por um lado, uma visão tradicional segundo a qual o país terá ainda de apanhar o «velho comboio» do desenvolvimento baseado nos dois pilares clássicos: *agricultura e indústria*.

Por outro lado, emerge uma nova visão para o desenvolvimento futuro do país baseada na importância atribuída a sectores inovadores como o *ambiente, novas tecnologias e investigação*, cuja relevância manifesta autênticas clivagens geracionais e escolares.

Tudo isto surge temperado pela extrema importância generalizada e quase consensual, atribuída por todos à *educação/formação*. Dir-se-ia que, deste ponto de vista, já não há dois países no mesmo, pois, a noção da importância da *educação/formação* é algo que os portugueses, independentemente das suas diferenças sociais, integraram como crucial para o desenvolvimento futuro.

Diferentes grupos sociais, diferentes opiniões sobre os «modelos» de investimento que o país deveria seguir

Agricultura - Educação – Indústria	Educação – Novas tecnologias e Investigação -Ambiente
Mais velhos (+ de 50 anos)	Mais novos (15-23 anos)
Menos escolarizados (sem diploma e básico)	Mais escolarizados e Estudantes
Residentes em espaço rural	Residentes em espaço urbano
Residentes no Centro, Madeira, Norte e	Residentes nos Açores, Lisboa e Vale do Tejo

Alentejo	Classes sociais mais altas
Classes sociais mais baixas	

Em suma, reteríamos, por fim, alguns aspectos mais interessantes que ressaltam desta questão:

1 – A valorização da *educação/formação* é hoje consensual. As pessoas adquiriam consciência e ressentem-se das carências educativas que situam os portugueses em desvantagem comparativa tanto entre si, como no quadro europeu.

2 – A *agricultura*, não obstante a progressiva redução do seu peso efectivo na sequência da aplicação das políticas europeias, ainda ocupa um lugar significativo entre as opções de desenvolvimento desejadas pelos portugueses, quanto mais não seja pelo seu valor cultural e simbólico. De facto, ao contrário das estratégias da PAC que estimulam um Portugal cada vez menos agricultado e mais florestado, os portugueses insistem na sua vocação agrícola e subvalorizam a produção florestal.

3 – O facto do *ambiente* surgir como quarto sector económico a investir, mesmo para os mais velhos (já que para os mais novos ocupa a segunda opção), indicia sem dúvida a visibilidade crescente do tema – por boas e más razões. Mas sobretudo significa, tanto a sua relevância enquanto aposta futura, como a sua urgência enquanto necessidade presente. Manifesta-se pois a necessidade de melhorar as condições ambientais do país, a par da eventual aposta num novo sector de emprego potencialmente estratégico e dinamizador.

4 – A importância atribuída a sectores modernos, ligados às *novas tecnologias e investigação* e ao *ambiente* – que para os sectores mais jovens e mais instruídos da população se assumem como opções dominantes, juntamente com a *educação/formação* – revela, por seu lado, uma nítida clivagem geracional e escolar: antes e depois dos 36 anos; com e sem ensino superior. Isto é, quando se projecta o desenvolvimento económico futuro cruzado com as variáveis baixa idade e alta escolaridade, avista-se a emergência – ou a simples co-existência – de um «outro país» no mesmo. Numa espécie de bifurcação de base geracional e escolar, uma parte da população persiste na ideia de um modelo clássico de desenvolvimento, requerendo acima de tudo agricultura e depois indústria; outra parte preferiria apostar em tecnologias de ponta e em ambiente – antevendo eventualmente as

potencialidades futuras desses sectores e reflectindo já em parte as vantagens de um processo recentemente iniciado de informatização das escolas e incentivos às novas tecnologias.

Revela-se, assim, ao longo deste inquérito, uma espécie de fronteira etária que, em certos aspectos, inverte o posicionamento e a ordem das prioridades para o país, fazendo coabitar gerações que puxam em sentidos contrários. Seja no que respeita à informação e cultura ambientais, seja no ênfase colocado nas preocupações ambientais, seja na vontade expressa de maior participação nas decisões sobre esta matéria, seja ainda nos valores e representações da natureza, os mais novos resituam o ambiente como uma variável estratégica

Estas clivagens geracionais, mesmo que detectadas através de uma aproximação grosseira, indicia sinais de mudança na sociedade portuguesa - que estão sem dúvida a clamar por uma afinação analítica mais profunda.